

## SELETA

# A MAIORIDADE OU A AURORA DO SEGUNDO REINADO

Afonso Arinos de Melo FRANCO

Há um século, no dia de hoje, a cidade do Rio de Janeiro amanhecera agitada, vivendo intensamente a grande causa política da Maioridade. Havia anos, já, que este assunto começara a preocupar alguns círculos restritos de parlamentares e homens públicos, mas, à proporção que se estendia e se aprofundava a desordem sangrenta da Regência, a solução maiorista foi, como todos os mitos necessários, conquistando novas camadas de adeptos, extravasando dos corredores das casas legislativas para a imprensa e para a rua, até que se tornou, na capital do Império, cérebro e coração do país, um verdadeiro anseio popular. Com os acontecimentos da véspera, dia 22 de julho, tinham as câmaras se transformado num mar revolto, em cujo tumulto naufragara a frágil embarcação do formalismo constitucional. Nem o grande Bernardo de Vasconcelos, velho lobo dos mares políticos que tanto tinha de astuto quanto de bravo, e que aceitara entrar para o governo na hora mais rugidora da tormenta, fora capaz de levar a nau a salvamento. A decisão do governo regencial sobre o adiamento das câmaras, seria uma espécie de ordem de colher as velas, medida prudente diante do tufão, mas chegou demasiado tarde. A mão dura e experiente do piloto empunhara inutilmente o leme de um barco já desgarrado.

É conhecida cena famosa do dia 22. Alencar Araripe, testemunha pessoal, ao que diz, no-la descreve no seu estudo sobre a Maioridade, transcrevendo, também em apoio da sua memória, a narrativa

de um jornal da época. Diz ele que a sessão do dia 22 se abrira, na câmara temporária, em ambiente de grande calma, embora com as galerias apinhadas de curiosos, os quais, desde algum tempo, seguiam todos os dias a progressão da borrasca parlamentar.\*

Entrava-se já na discussão do projeto de Antônio Carlos, que declarava o Imperador desde logo maior, quando cai como um raio no recinto a notícia de que Vasconcelos fora nomeado Ministro do Império e que as câmaras eram adiadas para Novembro. Ao se ouvir pronunciar o nome temido do grande mineiro, escreve o jornal referido por Araripe que “sensações gerais de indignação e horror, difíceis de exprimir, aparecem na sala e nas galerias, que principiam a se agitar”.

Tinha chegado um destes momentos em que qualquer homem toma conta de uma assembléia, ou de outra coletividade, e impõe imediatamente a sua paixão. Momento culminante de receptividade emotiva, em que toda uma grande energia acumulada se descarrega brutalmente na direção que o primeiro ousado ou o primeiro ardiloso lhe indicar. Se qualquer homem pode, então, galgar a crista da vaga encolerizada e dominá-la, melhor ainda o poderia Antônio Carlos, que não era um homem qualquer. Ousado ele era, e muito; ardiloso também, talvez ainda mais que ousado. Porém, acima de ser arrojado e sagaz era Antônio Carlos um grande político, que sabia aliar estas duas coisas, difícilimas de se comporem juntas: o oportunismo e a ambição. Sobre aquele que possui tal dom é raro que a vitória não abra as suas asas.

O oportunismo é a escola da paciência atenta, da espera minuciosa e sempre pronta, da falta de escrúpulo na escolha dos processos. “Oportunista de gênio” chamou Trotsky a Lenine. O oportunismo é, em resumo, o que poderíamos definir como a técnica elástica dos felinos. Fica o gato amadornado a três metros do buraco da parede, com os olhos cerrados, tomando um banho de sol. Ali passará horas, como uma lânguida odalisca, impregnado de moleza. Mas se o ingênuo camundongo, tangido pela fome, põe para fora o periscópio do seu focinho móvel e perscrutador, eis que a bola cinzenta se anima e vibra de súbito, movida por molas de aço, de um salto incrível vence a distância e se abate implacavelmente sobre a vítima, quer dizer, sobre a oportunidade. Mas o talento do oportunismo, nos políticos, deve ser enrijado pelo sentimento inato da ambição, pois o gato não salta na hora, quando não tem fome.

Antônio Carlos, perdõem-nos a irreverência, era um gato esperto e faminto, quero dizer era um político oportunista e ambicioso. Vimos como ele agiu, diante da dupla notícia do fechamento do Congresso e da nomeação de Vasconcelos.

Colhida de estupor pelos dois decretos que acabavam de ser lidos, não sabia a câmara que fazer, quando, segundo nos conta o padre Marinho na sua “História da Revolução de 1842”, entra por ela a dentro o senador Ferreira de Melo e pondera que, no Senado, não fora ainda lido o decreto de adiamento e que a facção maiorista bem poderia seguir para lá, afim de deliberar. Aí encontra o seu caminho Antônio Carlos, o ambicioso oportunista. Pegando nesta idéia, faz dela, logo, uma bandeira e a empunha e brande sobre a cabeça esquentada dos demais. Pondo-se à frente de todos sai para a rua e marcha com eles para o Senado, abandonando o que ele chama rudemente a câmara prostituída. O povo, entusiasta, acompanha dos liberais, e Alencar Araripe escreve sobre a cena as seguintes palavras: “No trajeto pelas ruas da Assembléia e Carioca, os maioristas eram saudados pelas pessoas que afluíam às janelas das casas destas ruas; os homens erguendo vivas à maioria e as damas encenado com os seus alvíssimos e rendados lenços”. Bem diferente era este préstito triunfal, de outro, fúnebre, que menos de meio século antes tinha subido a mesma rua, por entre o silêncio contrito do povo, para levar à forca o Alferes Tiradentes. Aqui se vitoriavam os liberais, ali se punia aquilo que um participante da torpe tragédia chamou “o louco desejo da liberdade...” Mas já Antônio Carlos chega com seu séquito de exaltados liberais ao mesmo Campo de Sant’Ana, antigo da Lampadosa, que vira o sacrifício do martir da liberdade. Sobre esta fase do episódio vos vou ler um documento inédito, bastante interessante. Trata-se de uma carta, que uma senhora, esposa de um marechal brasileiro, escreveu ao pai, residente em Montevidéu. A senhora é D<sup>a</sup> Carolina Calado, mulher do marechal João Crisóstomo Calado, e a carta é a seguinte, no trecho que interessa:

“Pelo ‘Jornal do Comércio’ de 25 e 26, que lhe remeto, o senhor se informará dos acontecimentos da aclamação do Imperador, que se passaram à minha vista, pois nossa casa é justamente em frente ao senado. No dia 22, quando se apresentaram os grupos no Campo, tudo tinha o aspecto de uma revolução, cujas conseqüências não se podia prever. Calado foi imediatamente a São Cristóvão e disse ao Imperador

que se punha às suas ordens, pelo que se manifestou muito agradecido, e igualmente o tutor, que é pessoa muito agradável, e lhe pediram que não se afastasse até a hora de se recolher o Imperador. Quando este viu tudo tranqüilo, se despediu de Calado, dizendo-lhe que podia retirar-se mas que não faltasse no dia seguinte, o que ele fez, até o momento de se dirigir ao Imperador ao Senado, para prestar seu juramento. É realmente admirável que um acontecimento tão grandioso, com partidos exaltados na oposição, se haja realizado sem o menor sucesso desagradável, com exceção de se terem quebrado as janelas do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas isto é o menos que se pode fazer a um homem tão mau e tão odiado como este. E a prova de que ele não tem mais nada a temer é o fato de ter tomado o seu lugar no Senado dois ou três dias depois da aclamação, quando se lhe prodigalizou na noite de 22 os nomes mais abomináveis que se pode dizer a uma pessoa”.

Completava-se, desta maneira, sem sangue, uma das maiores revoluções da vida política brasileira. Sem sangue, como outros dois movimentos de igual, senão maior importância: os que se simbolizam com o grito do príncipe D. Pedro na sela de sua besta baía gateada, no encosta do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, ou com a passeata de Deodoro, meio enfermo no seu cavalo de soldado, a 15 de novembro de 1889. Da mesma forma que os dias da Independência e da República, o dia da Maioridade foi, apenas, o coroamento externo de um movimento que se processava desde muito tempo. Isto talvez explique o desfecho incruento das três datas.

Seguindo o hábito de outros escritores, acabo de chamar à Maioridade uma revolução. Revolução política e parlamentar é o título que traz em geral este capítulo da nossa História. No entanto, colocado o assunto sob um certo ângulo de observação, parece que devemos repelir aquela designação. Com efeito, analisada na sua significação profunda, a Maioridade nos aparecerá não como uma revolução, mas como uma contra-revolução. E isto mesmo, se considerarmos esta última expressão no sentido que lhe atribuiu um grande pensador francês ao dizer que a contra-revolução não é uma revolução contrária, mas o contrário de uma revolução.

Sim, a Maioridade foi o contrário de uma revolução, porque foi um movimento cujo fim histórico consistiu em legalizar o poder

imperial pela aplicação de um mito. Note-se que chamo aqui fim histórico a uma coisa bem diferente dos fins políticos personalistas, que tinham em mira os principais autores do movimento. Mas os fins históricos de um determinado sucesso político não são, muitas vezes, nem sequer entrevistados pelos seus mais destacados atores. E quando digo legalização do poder, não me esqueço de que a Maioridade se deu exatamente com a subvenção da lei, mas o desaparecimento do velho estado legal, cuja inadaptação à situação do país se demonstrava tragicamente através da Regência, foi seguido do aparecimento imediato de uma nova estrutura jurídica, mais lógica que a sua predecessora, e mais de acordo com os sentimentos gerais da opinião.

Que a Maioridade não foi uma revolução me parece indiscutível. Se observarmos com isenção a sua trama apenas encontraremos o seguinte: dois grupos de homens, o primeiro composto de familiares do paço e o segundo de membros do Partido Liberal agiam na sombra. Ambos os grupos desejavam, embora cada qual isoladamente, a mesma coisa, isto é, vantagens pessoais para os seus apaniguados. Os liberais desejavam derrubar a regência conservadora para se assenhorearem do poder político. Os áulicos, ou, melhor, os familiares da quinta de São Cristovão, desejavam que o mesmo acontecesse para poderam deter nas mãos o poder doméstico. Os primeiros queriam mandar de portas a fora e os segundos de portas a dentro. Uns pretendiam conduzir em público o menino imperial de coroa, cetro e papo de tucano. Outros esperavam guiá-lo na intimidade, despido daquelas exterioridades da sua grandeza, mas sempre provido da chave do cofre das graças. O pequeno órfão de São Cristovão, com os seus 14 anos, era um frágil brinquedo entre aquelas ambições. Quem o diz não somos nós, é ele próprio, quando, muitos anos depois, à margem da biografia do Conselheiro Furtado, de Tito Franco, qual este dizia que “a maioridade, perante o direito, foi um crime constitucional, do qual o imperador participou”, escreveu esta nota melancólica, com a sua imperial mão: “Eu não tive arrebatamento; se não tivesse sido aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, eu teria dito que não queria”. Simples golpe palaciano sem finalidade ideológica e sem participação direta do povo, falta à Maioridade tudo o que é essencial numa verdadeira revolução.

Entretanto, aquele menino, que depois de reinante ainda brigava com a irmã a soco e tomava nota da briga por escrito, começava,

pela simples magia da sua presença no trono, a fazer uma coisa que nem o enérgico Feijó nem o prudente Olinda tinham conseguido - fazer descer a paz sobre o Brasil. E desta maneira, o golpe astucioso de algumas raposas, firmadas na inexperiência de uma criança, dominou a desordem, consolidou a unidade nacional, deu forma e solidez ao Império, transformou-se, enfim, na maior contra-revolução da nossa História.

Há um capítulo do “Estadista do Império” de Joaquim Nabuco denominado “A linha política do reinado”, no qual o grande escritor mostra todas as suas qualidades de penetração, síntese e generalização, ainda não superadas, nem igualadas, entre nós. Neste capítulo Nabuco divide o reinado de Pedro II em seis fases nitidamente distintas. A primeira, que vai de 1840 até 1850, se caracteriza, segundo ele, pelos seguintes aspectos: consolidação da ordem interna, fim das revoluções, aperfeiçoamento do governo parlamentar.

Examinemos um pouco mais detidamente este primeiro período do reinado de Pedro II, dentro da significação que, com tanta acuidade, lhe encontrou Nabuco. Para isto temos que volver os olhos um pouco para traz.

Um dos maus hábitos de certa História descritiva e panegírica está em considerar os lentos movimentos da nossa evolução nacional, tendo, apenas, em vista, os seus minutos culminantes. Assim se esquece, por vezes, de verdades substanciais para a compreensão de ocorrências posteriores, como esta, por exemplo, de que a Independência foi um processo de desligamento iniciado em 1808 com a chegada de Lisboa do primeiro reinante português, mas só terminado em 1831, com a partida para a Europa do imperador igualmente português.

Instalando a corte no Rio de Janeiro, fazendo do Brasil a sede da monarquia, dava Dom João um passo irremediável, pois nunca uma colônia erigida em metrópole, voltaria docilmente à situação antiga. Mas o passo era incompleto, porque nunca a antiga metrópole pelas mesmas razões, se conformaria com uma situação secundária e a terceira solução, a da igualdade entre os dois governos seria inconcebível dentro de um só Estado. Enquanto o rei aqui permaneceu a situação ambígua se mantinha, mas o seu regresso tornou inevitável o 7 de setembro. O grito do Ipiranga foi, contudo, uma solução de forma e não de fundo. Por mais que se esforçasse não pôde o moço imperador cortar nem remover as ligações

que o prendiam à sua pátria de origem. Ligações que eram muito mais importantes que as puramente sentimentais, (as quais podem coexistir com a independência de ação), pois que se apresentavam sob a forma de uma identidade profunda de processos e tendências, intelectuais e, principalmente sob a forma invencível dos interesses pessoais.

A identidade da formação intelectual de Pedro I com a tradição absolutista portuguesa se manifesta na trágica contradição entre as pretendidas convicções liberais, que o jovem imperador proclamava a cada hora, e a sua incoercível inclinação pelo governo autoritário. D. Pedro I empunhava o gládio da liberdade, para com ele desferir golpes no seu povo. Não o fazia de má fé, mas por absoluta impossibilidade de compreender a essência do liberalismo, esta grande lição do século passado, que hoje parece ter já cumprido o seu destino. Agia o imperador como um Bourbon de Espanha e como um Bragança de Portugal de seu tempo. Ou melhor, não agia: reagia psicologicamente contra as ameaças que o revolucionário liberalismo peninsular acumulava sobre as suas casas materna e paterna.

Se isto se dava no terreno da formação psicológica do imperador, a força invencível do interesse pessoal se exprimia pela necessidade, que incumbia a D. Pedro, de estar atento ao problema da sucessão da coroa portuguesa, depois da morte de seu pai. Necessidade que foi a razão de ser da parte final da sua existência e que nimbou o seu crepúsculo de uma nova auréola de glória.

Por tudo isto a união indefinível, o laço frouxo que ligara anteriormente a coroa do rei de Portugal à vida do Brasil, no período que sucedeu ao seu regresso, ligava agora a coroa do imperador do Brasil à vida de Portugal, principalmente depois da morte do rei, ocorrida em 1826. O povo do Brasil bem o sentia e não estava disposto a tolerar tais liames. Eis porque o 7 de Abril, sendo um movimento pessoal contra D. Pedro I, foi, ao mesmo tempo, uma expressão geral de liberalismo e de nacionalismo. Note-se que, então, estas duas palavras, “liberalismo” e “nacionalismo” não eram, como agora, antagônicas. O tempo também muda a significação dos vocábulos...

Já três dias antes, na Bahia, o movimento de 4 de abril derrubava aos gritos de “mata galego” o comandante das armas, português de nascimento, amigo de Dom Pedro e representante da sua concepção de

autoridade. Vê-se que o movimento se apresentava com o mesmo pano de fundo em todo o país.

A 7 de abril de 1831 encerrava-se, pois, o ciclo histórico da luta da independência. Estava o Brasil realmente livre da influência política direta ou indireta da sua antiga metrópole. Livre, mas que ia fazer da sua liberdade sem governo? Esta simples expressão “liberdade sem governo” é bastante para explicar o que iria fazer e o que fez o Brasil: cair na desordem.

Os partidos políticos ainda não tinham saído de uma espécie de nebulosa, e se até o fim do Império, não foram completamente nítidos os seus limites ideológicos, no princípio, então, nem o nome parlamentar de partido caberia, a rigor, àqueles agrupamentos heterogêneos, àquelas facções de liberais exaltados ou moderados, de retrógrados restauradores ou caramurus, cujo trivial imediatismo não compreendia, sequer, o significado geral dos problemas que se agitavam por detrás dos casos concretos suscitados com tão indigente personalismo.

O poder executivo regencial emanava do congresso legislativo, mas este não continha dentro de si os elementos de um verdadeiro parlamento. Daí a irremediável fraqueza do sistema. Sim, fraqueza básica do sistema e não deficiência ou inépcia dos homens que o tiveram em mãos. A regência foi, como já se disse, precoce experiência republicana, em um país que, um século depois, ainda estava tão mal preparado para a prática efetiva da República, que foi levado à maior revolução da sua história, com o fito de procurar-lhe o exato sentido. Se em 1930 a República não funcionou no Brasil, não seria em 1831 que um regime análogo a ela poderia funcionar...

Como assegurei acima, a fraqueza provinha do sistema regencial e não dos homens do seu governo. Da Regência provisória à Regência trina, desta à una, com os seus dois chefes sucessivos, esteve o país sob a guarda de homens fortes, como o primeiro Lima e Silva, ou como o grande Feijó; cultos e prudentes, como Braulio Muniz; hábeis, como Costa Carvalho; e de larga experiência na vida pública, como Araujo Lima. Mas nenhuma qualidade ou virtude dos depositários do poder teria o privilégio de valer como a água lustral do batismo, para dissipar o pecado original do regime, que era a sua própria fragilidade.

Era indispensável que, contra o poder, como notou com sagacidade Alves Branco, não pudessem agir os “chefes irregulares das minorias turbulentas”, pois a agitação destes grupos parlamentares, em última análise, é que iria repercutir a milhares de quilômetros nas lutas que devastavam o país. Alguém de inatingível deveria estar à frente do Estado.

Esse alguém seria um menino vacilante e tímido, um orfãozinho retraído entre uma aia idosa, um tutor monacal e duas irmãs submissas, no retiro de um triste casarão colonial. Pobre brasileiro, golpeado desde cedo pelo destino, premido pelo asfixiante meio social, incompleta e insuficientemente educado e inteiramente destituído de qualquer preparo para os rudes encargos que subitamente lhe eram lançados sobre os ombros frágeis.

Pois o que não tinham conseguido a espada de Lima e Silva, o pulso férreo do indomável Feijó, nem a doura sensatez de Araújo Lima, aquele menino descorado e silencioso, mal firme nos degraus do trono, aquele adolescente que procurava disfarçar a sua timidez debaixo de uma álgida aparência, iria obter, pela sua simples presença, que era a presença de um símbolo e de um mito.

Façamos uma rápida indicação dos tumultos com que se houve o governo regencial. No período ainda da Regência provisória houve deposição dos governos ou dos comandos de armas em Santa Catarina, Sergipe, Paraíba e Pará. É verdade que estes movimentos não se podem, a rigor, considerar como sendo dirigidos contra a Regência, mas contra Portugal e o absolutismo, pois foram se dando à medida que era conhecida a notícia do 7 de abril, e hostilizavam os representantes da situação imperial.

Mas já a fermentação da desordem campeava surdamente nas vielas estreitas do Rio de Janeiro. Da lia popular se alaçavam as forças da desagregação social estimuladas pela indisciplina e a ambição dos quartéis. Debaixo de qualquer pretexto, sendo o mais forte e mais verdadeiro dentre eles o desprestígio do governo, corria sangue em distúrbios noturnos ou meridiano, apavorava-se o comércio, intimidavam-se os cidadãos pacíficos, escorraçados pela malta de pretos, forros, soldados e capoeiras, ralé façanhuda que brandia impunemente a faca e o chuço, nas barbas das autoridades impotentes.

A eleição da Regência Trina Permanente, no mês de junho de 1831, em nada melhorou a situação, sob o ponto de vista da ordem pública. As leis aprovadas pela Assembléia, visando restaurar o prestígio da autoridade, não eram energicamente aplicadas. Aliás, nem mesmo a energia, como se verificou longo adiante, obstaría a continuação da desordem. Com efeito, ninguém era mais decidido que Feijó e a sua chegada ao ministério, no mês de julho, permitiu ao governo sufocar os motins, mas não conseguiu impedir que outros motins espoucassem a cada passo.

Em julho, setembro e outubro a corte viveu em permanente estado de alarma. As insurreições se sucediam, no povo e na tropa, enquanto, aproveitando-se da situação, o simples banditismo andava à solta pelas ruas. Nas províncias do norte, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, a masorca igualmente se levanta e nas lutas ficam, às vezes, centenas de mortos.

Aos poucos, como sempre acontece em tais casos, sob a aparência de luta política o que se esboçava, na verdade, era o choque dos antagonismos sociais. Na capa de um radicalismo nativista e liberal tomavam corpo certas reivindicações das massas, que procuravam diminuir os privilégios concentrados nos círculos conservadores. Mas o fato é que, em toda parte, enquanto se chocavam as facções diversas, o governo, como um terceiro importuno, perdia terreno.

A ação de Feijó, em todo esse turvo período, é surpreendente pelo devotamento implacável com que soube servir à causa da ordem. No ano de 1832 demonstrou dois movimentos de certa envergadura, em plena capital do Império, e manteve com inexcedível bravura o prestígio da autoridade constituída sob as vagas de assalto das quarteladas. Não hesita, no caminho que se traçara, em romper com o mais ilustre e o mais temido dos seus patrícios, o grande José Bonifácio, cujo temperamento apaixonado transformara o cargo de tutor de Pedro II num posto de conspirações contra o governo.

No começo de 1833 defrontou-se a Regência com a grave sedição de Minas Gerais, na qual foi deposto o presidente Melo e Souza, preso o vice-presidente Bernardo de Vasconcelos, e instalado em Ouro Preto um verdadeiro governo revolucionário. Xavier da Veiga, que é quem melhor relata este episódio, nas suas inestimáveis "Efemérides

mineiras” dá toda a medida do caso, quando faz o balanço das forças relativamente importantes que entraram no choque, cuja vitória final coube ao governo.

Daí por diante as “Falas do Trono” apresentadas pela Regência, repetem invariavelmente notícias de perturbações. Além da revolução mineira, motins em Pernambuco e Alagoas, no Pará e em Mato Grosso.

Em 1835 passa-se à Regência Una, com Feijó à testa do governo. Mas logo se verificam as mazorcas no Pará e começa a terrível, a dolorosa guerra civil do Rio Grande. Feijó, referindo-se à província do norte, alude textualmente às feras que dominam a sua capital, e passando à do sul diz que a sedição de Porto Alegre “foi tão rápida que em poucos dias compreendeu a província inteira”.

Em 1836 foi a vez de Sergipe, que sofreu violenta comoção, e, no dizer do próprio regente, “nas outras províncias experimentava-se geralmente falta de segurança individual e não se podia afiançar a continuação da tranquilidade pública”. O Pará e Rio Grande continuavam entregues ao jugo da anarquia.

No momento em que Feijó, cansado, desanimado, incapaz de transigir e suspeitado paradoxalmente de aspirar a ditadura, seus prognósticos sobre o futuro do Brasil são os mais sombrios, e é claramente que ele diz não acreditar numa longa unidade nacional. Chega mesmo a propor medidas de adaptação para a separação do Brasil, que julga inevitável. Em setembro de 1837 passa o governo a Araújo Lima.

Em fins desse mesmo ano e princípios de 1838 foi a Bahia, com a famosa “Sabinada”, que chegou a constituir um governo republicano independente, destinado a durar enquanto durasse a menoridade do Imperador. Nada denota melhor a sede de estabilidade do poder e a importância que teria a chegada de D. Pedro II ao trono para tal estabilidade, do que o simples enunciado deste programa de uma revolução que se declarava, de início, revolução a prazo fixo.

Em 1839 e 1840 o Maranhão, o Piauí e o Ceará ardem na chama da “Balaiada”. Como se deu com a “Sabinada”, esta revolução teve inegáveis e interessantes aspectos sociais, que merecem ser estudados com critério. Pereira de Alencastro nos faz dela uma descrição objetiva e exata, em forma que se assemelha à de um diário. Nela começa a

representar um papel de primeiro plano o futuro Duque de Caxias, a espada do Império, o maior soldado brasileiro, que dedicou sua vida à defesa da ordem jurídica e da autoridade civil.

É neste ambiente conturbado que D. Pedro sobe os degraus do trono. E logo, como que tocada por alguma vara de condão, a política do Império começa a se aplacar. É verdade que ainda restava a liquidação das guerras dos Balaios e dos Farrapos. Mas a primeira estava nos últimos arrancos e a segunda mostrava inequivocamente, o declínio das forças rebeldes.

Além destas duas heranças da época regencial teve D. Pedro II, no decênio de consolidação da ordem, de 1840 a 1850, que haver-se apenas com dois movimentos sérios: a revolução liberal mineiro-paulista de 1842 e a revolução “Praieira”, de 1848, em Pernambuco.

Foram ambos movimentos deflagrados pelos liberais, sendo que o de 42, de caráter exclusivamente político, enquanto o de 48, em virtude de circunstâncias especiais da economia pernambucana, tomava matiz de uma luta social. Nabuco, com a habitual largueza de vistas, já tinha chamado à insurreição da Praia “mais do que um movimento político, um movimento social”. Mas a presença do Imperador no trono já se fazia sentir.

Aos poucos, as correntes de interesses dos diferentes grupos sociais se foram canalizando para dentro do Parlamento, onde começaram a encontrar ambiente próprio para os seus choques e composições. A vida parlamentar foi se organizando gradativamente, não porque os representantes do povo fossem melhores que os da Regência, mas porque, acima deles, havia um poder de origem e prestígio indiscutíveis e inatingíveis. Um poder legal, no sentido verdadeiro da expressão. E à proporção que se organizava a vida parlamentar, ofereciam-se possibilidades de encaminhamento dos problemas populares por esta via, que substituía com vantagem a das arruaças das cidades e dos levantes sertanejos.

Este fenômeno de grande importância, a legalização do poder supremo, permitiu, no Império, o crescimento da paz interna sem prejuízo da liberdade pública. Paz que só veio a ser perturbada muito mais tarde, em consequência de fatores vários que vieram esvasiar o poder monárquico do seu conteúdo, fatores que aqui não podemos senão nomear, e que foram o enfraquecimento físico e intelectual de D. Pedro, sua falta de

sucessão masculina, além dos problemas militares e econômicos decorrentes da Guerra do Paraguai e da Abolição.

Mas não tenhamos dúvida. Aquilo que Nabuco chama a “consolidação da ordem interna e o aperfeiçoamento do regime parlamentar” não teria existido se o poder monárquico não se tivesse legalizado, com a ocupação do trono por aquele que a ele tinha direito.

No momento esta era a solução para o Brasil. E as soluções só o são quando chegam ao seu momento. Está claro que as leis evoluem, com os tempos. Mas cada tempo precisa de ver aplicada a sua lei, a norma que se coadune com as suas necessidades. Não compreender isto é o que chamo envelhecer. Porque, na verdade, os homens não envelhecem tanto pelo corpo, quanto pelo espírito. Goethe, aos oitenta anos, com o espírito aberto a todas as realidades da época, era mais moço que um homem de quarenta, que ainda não tivesse aceito as modificações introduzidas no mundo pela Revolução Francesa. Envelhece pelo espírito aquele que pretende aplicar, ao seu tempo, as leis destinadas a situações passadas.

Esta verdade elementar não afasta a outra, igualmente primária, de que cada tempo tem a sua lei, e de que já ordem pública e nem ordem jurídica fora dela. Não há paz verdadeira, não há governo estável, que se não assente neste sólido alicerce legal, e os períodos em que ele falte, (ensina-nos a nossa história e a de alheios povos), curtos ou prolongados, são sempre instáveis e improficuos.

Dirigindo-me principalmente aos jovens acadêmicos de Direito, futuros elaboradores e mantenedores da estrutura jurídica do país, penso que não ficarão mal estas reflexões como ponto final. Não vos deixeis abater pela síncope dramática dos direitos nacionais e internacionais a que assistimos nos nossos dias. Isto representa somente uma transformação e nunca uma extinção. Sem direito a sociedade não vive e só através da evolução jurídica a humanidade pode vencer as épocas de crise e atingir aos períodos em que é próspera e feliz.

(Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto, no dia 23 de julho de 1940, centenário da “Maioridade”. Publicada originalmente no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro).